

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**EVOLUÇÃO DAS MUDANÇAS TECNOLÓGICAS NO SISTEMA
BANCÁRIO BRASILEIRO: UM ENFOQUE NAS COOPERATIVAS
DE CRÉDITO**

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Thiago Luiz Borges da Cruz

Mariana

Julho/2023

Thiago Luiz Borges da Cruz

**EVOLUÇÃO DAS MUDANÇAS TECNOLÓGICAS NO SISTEMA
BANCÁRIO BRASILEIRO, COM ENFOQUE NAS
COOPERATIVAS DE CRÉDITO**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

**Orientadora: Prof. Dr^a. Fernanda
Faria Silva**

Mariana

ICSA/UFOP

2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C957e Cruz, Thiago Luiz Borges Da.
Evolução das mudanças tecnológicas no sistema bancário brasileiro
[manuscrito]: um enfoque nas cooperativas de crédito. / Thiago Luiz
Borges Da Cruz. - 2023.
49 f.: il.: gráf..

Orientadora: Profa. Dra. FERNANDA FARIA SILVA.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências
Econômicas .

1. Bancos - Automação. 2. Cooperativas de crédito. 3. Inovações
tecnológicas. 4. Tecnologia da informação. I. SILVA, FERNANDA FARIA. II.
Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 336.7:005.591.6

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Thiago Luiz Borges da Cruz

Evolução das mudanças tecnológicas no sistema bancário brasileiro, com enfoque nas cooperativas de crédito

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas

Aprovada em 07 de Agosto de 2023.

Membros da banca

Professora Dra. Fernanda Faria Silva - Orientador(a) (DEECO - UFOP)
Profa Msc. Rosilene Aparecida Felício - (DEECO -UFOP)
Caio César A. B. L. Silva (Mestre em Economia Aplicada - PPEA-UFOP)

Fernanda Faria Silva, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 21/08/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Faria Silva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 07/08/2023, às 20:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0569215** e o código CRC **C250BAF5**.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu agradecimento, por permitir que eu trilhasse um caminho de aprendizado e conquistas. Aos meus pais, por serem apoio, afeto e proteção em todos os momentos. À Tainara, pelos conselhos diários, escuta, companheirismo, lealdade e amor desprendidos a mim durante os anos. À Anna Clara, por toda convivência, carinho e ensinamentos durante os anos. Aos meus avós, que foram base e alicerce da minha vida. Aos amigos, pelo apoio quando cheguei à Mariana e durante minha estadia. Aos colegas de curso pela parceria. A todos os professores, em especial, a professora Fernanda, por todo respeito e atenção durante minha graduação, especialmente a orientação. Aos Professores Caio e Rosilene por terem gentilmente aceito o convite para participar da minha banca e pelas contribuições. Aos meus familiares e amigos que sempre estiveram ao meu lado.

SUMÁRIO

RESUMO	5
ABSTRACT	6
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1- PANORAMA DO DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA DA COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO PARA O RAMO BANCÁRIO	10
1.1) O posicionamento do Brasil nas políticas de incentivo à tecnologia	11
1.2) As décadas pré-2000 da economia nacional	12
1.3) Movimentos e cenário de inovação do país nas últimas décadas	15
1.4) Leis e Instituições em função do incentivo à inovação	18
1.5) O cenário recente da TIC aplicado ao setor bancário brasileiro	19
CAPÍTULO 2 - TRAJETÓRIA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO MUNDO	23
2.1) O cenário cooperativista no Brasil com ênfase em Minas Gerais	24
2.2) Desdobramentos das cooperativas no setor bancário	26
2.3) As maiores organizações cooperativas no Setor Financeiro Nacional	29
CAPÍTULO 3- SICOOB - INOVAÇÃO E PRODUTOS NO COOPERATIVISMO	32
3.1) Últimos lançamentos do SICOOB para os seus cooperados	32
3.2) Comparando o SICOOB ao SICREDI e Banco do Brasil na inovação via <i>Open Finance</i>	36
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS	44

RESUMO

O avanço da tecnologia no setor bancário nacional e as políticas de acesso à inovação permitiram o desenvolvimento estrutural dos grandes bancos, de maneira a se manter em alto nível de competitividade no setor, mesmo em períodos de crise como na década perdida. Outrossim, a condicionante também beneficiou os novos entrantes no mercado a se colocarem como competidores frente aos demais, de maneira mais competitiva em termos de produtos e serviços acessíveis ao cliente, como o surgimento das *fintechs* e a expansão das cooperativas de crédito. Nesse sentido, a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN) aponta que a área bancária é um dos setores que mais depende de investimentos para aperfeiçoamentos processuais, operacionais e inovativos, sendo assim, o governo juntamente aos investidores privados têm a capacidade de fomentar o crescimento setorial, o que é evidente nos dias atuais devido ao maior compartilhamento de *market share* observado. O objetivo deste trabalho é mapear os esforços de inovação relacionados ao setor bancário, com enfoque na atuação das cooperativas de crédito usando como estudo de caso o Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil (SICOOB). Ao atribuir esses esforços ao atual cenário do mercado bancário, o intuito é o de situar a função e posição das cooperativas de crédito em meio aos grandes bancos no quesito de avanços de produtos e serviços ofertados, o que contribui para melhorar a estratégia das cooperativas frente aos grandes bancos no que tange à ampliação de captação de clientes, aumentando a concorrência no mercado. Para essa pesquisa foram analisados dados secundários e abertos da FEBRABAN e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a fim de observar as movimentações ocorridas antes e após a década de 2000 (quando se tem um maior avanço das tecnologias da informação e comunicação) e seus desdobramentos no setor bancário. Conclui-se que os movimentos inovativos das cooperativas seguem os mesmos caminhos dos bancos nacionais, fomentando novos serviços digitais, oferecendo opções, como a adesão ao *Open Finance*, para que o cliente seja bem atendido, seja de maneira *online* ou presencial. Sendo assim, visando estar ainda mais conectado aos cooperados, as cooperativas têm recebido importantes *feedbacks*, como destaque em aplicativos recebendo avaliações positivas em plataformas como a *Play Store*, que servem como fomento para que o caminho de digitalização do serviço continue sendo traçado.

Palavras-chave: inovação; tecnologia da informação e comunicação; cooperativas de crédito;

ABSTRACT

The progress of technology in the national banking sector and policies oriented to access innovation allowed the structural development of large banks, in order to maintain a high level of competitiveness in this sector, even in periods of crisis (such as in the so-called “Brazilian lost decade”). Furthermore, these advances also benefited the emergence of new market entrants to place themselves as competitors against others, in a more competitive way in terms of products, services accessible to the customer due the emergence of fintechs and the expansion of credit cooperatives. In this sense, the Brazilian Federation of Banks (FEBRABAN) points out that the banking sector is one of the sectors that most depends on investments for procedural, operational and innovative improvements. Therefore, the government together with private investors have the ability to foster sectoral growth, which is evident today due to the greater share of market share observed. The aim of this work is to address the innovation efforts in Brazil, in the banking sector, focusing on the performance of credit cooperatives, using the SICOOB as a case study. These efforts to adapt to the current scenario of the banking market by the credit cooperatives intends to strengthen its function and position among the large banks. For this research, data from FEBRABAN, FINEP were analyzed in order to understand the performance of these financial institutions before and after the 2000s and their impacts on the banking sector. This work concluded that the innovative movements of cooperatives follow the same paths as national banks, promoting new digital services, offering options for the customer to be well served, whether online or in person. Therefore, in order to be even more connected to its members, the cooperatives have received important feedback, such as highlighting applications receiving positive reviews on platforms such as the Play Store, as shown in chapter 3 of this work, so that the service's digitalization path continues to be traced.

Keywords: innovation; information and communication technology; credit cooperatives;

INTRODUÇÃO

As mudanças ocasionadas pelo avanço do progresso tecnológico no sistema bancário brasileiro evidenciam a capacidade de adaptação do setor a novos desafios. Sua expansão e diversificação em produtos e serviços permitiu a entrada e desenvolvimento de novas instituições, como os bancos digitais que puderam ser apropriados por vários tipos de instituições, especialmente do ramo financeiro, incluindo as cooperativas de crédito.

O arcabouço tecnológico absorvido pelo setor o posiciona como grande destaque no mercado econômico, devido à sua solidez frente aos momentos turbulentos da economia nacional e internacional, tais como eventos políticos e inflacionários. Por isso, é importante compreender a estrutura econômica do país no período estudado, que condiciona os movimentos de inovações dos bancos e cooperativas em diferentes contextos.

Apesar do grande investimento necessário para implementação da (TIC) no setor, os bancos nacionais têm como força motriz seu perfil de solidez financeira, conforme descrito por Fonseca, *et.al.* (2010), e a manutenção dessa característica passa pela articulação e agilidade que a automação permite, sendo um forte diferencial competitivo do mercado financeiro.

Já as instituições cooperativistas, adaptadas às mesmas estruturas tecnológicas, induzem a inovação para o ramo social, investindo em comunicação, aproximação e a inclusão humana. (Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Relatório Anual 2023). Os altos valores aplicados em tecnologia da informação e comunicação para o ramo bancário, associado ao *marketing* de bancos eletrônicos nos anos 1980, por exemplo, demonstram o sucesso das inovações em tempos passados, que motivaram a manutenção do investimento em Tecnologia da informação, como forma de diferencial competitivo até os dias atuais.

Outra determinante fulcral na adoção de mecanismos tecnológicos são as políticas governamentais, pela qual se destaca a Lei nº 11.196, conhecida como Lei do Bem. Essa política do governo, do ano de 2005, surgiu no contexto de acompanhar a conjuntura internacional de estímulos à inovação mediante incentivos fiscais. Um dos principais benefícios oferecidos pela Lei do Bem é a dedução, na apuração do imposto

de renda devido, dos dispêndios com pesquisa e desenvolvimento conforme (DA SILVA, 2019); (DEUS, 2017).

A escolha das cooperativas para esse estudo baseia-se no crescimento do setor financeiro em âmbito nacional, levando em conta o crescimento em seu lucro contábil e na sua representatividade no mercado financeiro (JACQUES, 2016). Ademais, a trajetória percorrida por estas instituições inspira o foco em como sua presença mudou o funcionamento do mercado bancário local, regional e nacional, principalmente em estados nos quais o cooperativismo é mais consolidado, como no Rio Grande do Sul.

Observa-se também, um recente crescimento no escopo de estudos da área, por meio de buscas em plataformas como o Google Acadêmico, que a pouco tempo atrás era escasso em trabalhos acerca do tema, justificando a vigência e importância do assunto, levando em consideração o posicionamento mercadológico das cooperativas, junto aos demais bancos privados nacionais, ao longo das décadas a serem analisadas.

Assim, este estudo tem por objetivo compreender os movimentos dos bancos e das cooperativas de crédito em relação à TIC e como esse investimento auxiliou o crescimento e fortalecimento do setor com o passar das décadas. A fim de compreender estes processos, a análise centrou-se em um estudo de caso sobre o SICCOOB, devido à disponibilidade de acesso a estas informações. Ademais, os dados abertos disponíveis no site institucional da FEBRABAN, ABDI e dados do Banco Central do Brasil, disponibilizados em relatórios e plataformas, como o *dashboard* do usuário para complementar as informações do referencial teórico também foram usados. Esta estratégia deve-se ao fato de que o trabalho em questão também buscou analisar as principais mudanças ocasionadas pelo avanço do progresso tecnológico do sistema bancário brasileiro como um todo.

A escolha do tema se deve ao fato de que o assunto é cada vez mais abordado em fóruns e na mídia tradicional, como os programas jornalísticos, devido às novas formas de relação bancária, como o *pix*, *internet banking* e o surgimento das *fintechs*. A hipótese central é de que as cooperativas de crédito, como o SICCOOB, acompanharam os principais *players* do mercado bancário nacional, assim como seus concorrentes no movimento de evolução estrutural e financeira acompanhado pelo constante investimento em TIC desde a década de 1980.

Esta monografia se divide em três capítulos, além da introdução e conclusão. O primeiro capítulo aborda o conceito de inovação e sua aplicação no mercado bancário. Em seguida será apresentado alguns importantes aspectos do sistema bancário nacional, com intuito de analisar o surgimento e a consolidação das cooperativas de crédito no meio. Por fim, no terceiro capítulo, com enfoque no SICOOB, a seção apresenta comparações com outras instituições do setor sobre os dados de *Open Finance* e sua adesão. Para além disso, é feita uma análise de desdobramentos causados pelos números obtidos no estudo e pelas novas formas de oferta de serviços que o SICOOB coloca à disponibilidade do mercado e seus consumidores.

CAPÍTULO 1:

PANORAMA DO DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA DA COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO PARA O RAMO BANCÁRIO

A inovação, em qualquer esfera do conhecimento, é a principal fonte da evolução em comunicação e produção. Nos tempos modernos, isso se evidencia pelo avanço tecnológico que aproxima cada vez mais a sociedade mundial por meio de redes e sistemas, fenômeno denominado globalização. Sua aplicação por meio da tecnologia é um dos principais potencializadores do crescimento e do domínio do capital (REZENDE, 2012).

Por isso, não apenas no mercado financeiro, o movimento inovador é tido como importante, tendo em vista que sua implementação, conforme Schumpeter (1911), auxilia na destruição do obsoleto e na capacidade de criar novos sistemas e maneiras de trabalho. Tal autor inicia em A Teoria do Desenvolvimento Econômico, uma visão dos ambientes de inovação e seus efeitos, pois a inovação é algo que enfrenta resistências, como o medo, para ser assimilada pelos consumidores e, principalmente, para que seja aceita.

Em relação ao sistema bancário, além de acelerar a resolução de demandas e facilitar os processos, a inovação se destaca pela sua principal contribuição ao setor, fomentada desde meados dos anos 1960, que é a possibilidade do atendimento digital em auxílio ou substituição ao atendimento humano (REZENDE, 2012). Um acontecimento paralelo a esse momento foi o processo de inflação dado no Brasil nos anos 1970 e 1980, que causou certo receio nos usuários de serviços bancários devido ao tempo das transações, fazendo com que os bancos se aprofundassem em sistemas *online* buscando maior eficiência operacional (CARVALHO, 2003).

É importante destacar que a inflação no Brasil durante esse período foi extremamente alta e volátil, atingindo níveis alarmantes, especialmente no final dos anos 1980, sendo aproximadamente 1.970,00% em 1989, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (CORAZZA, 1990). Isso ocasionou o aumento do desemprego, queda da produção industrial e da renda real, além de diversos outros

problemas sociais e econômicos¹. Sendo assim, em meio a tal cenário, a capacidade de reinventar e atualizar os processos de maneira rápida é um dos motivos pelo qual a inovação é peça chave no funcionamento dos setores em geral.

Esse capítulo inicial teve por objetivo abordar o papel das instituições públicas, por meio das políticas de incentivo à inovação no financiamento de atividades inovativas nos setores produtivos brasileiros. Essa transição para o atendimento digital no setor bancário permitiu uma série de benefícios tanto para as instituições financeiras quanto para os clientes. Em termos de eficiência operacional, a utilização de sistemas *online* e tecnologias inovadoras reduziu significativamente o tempo de processamento das transações e agilizou os serviços financeiros, eliminando a necessidade de deslocamento físico às agências bancárias.

1.1) O posicionamento do Brasil nas políticas de incentivo à tecnologia.

No Brasil, assim como em outras nações em desenvolvimento, a capacidade de inovação é condicionada pelo poder nacional de investimento, seja ele governamental ou privado. Para Possas. *et. al.* (2015) o principal determinante da competitividade é a busca pela inovação. Esse aspecto em números, quando comparado aos países avançados, como Suíça, Estados Unidos e a Suécia, se apresenta em defasagem, conforme apresentado por (PEREIRA; BATTISTI, 2020). O autor aponta que o Brasil, figurante entre as 10 principais economias do mundo, ocupou apenas o 66º lugar entre 126 países avaliados no Ranking Global de Inovação 2019, atrás de países menores e menos capitalizados como Vietnã, Mongólia e Costa Rica.

Algumas questões podem explicar tal cenário desfavorável como a falta de financiamento local para a inovação. Isso pode ser atribuído a fatores como a falta de incentivos fiscais adequados, burocracia excessiva e dificuldades na obtenção de crédito para projetos de inovação (SANTANA e TEIXEIRA, 2019). Outro aspecto é a baixa qualificação da mão de obra nacional, que pode impactar negativamente a capacidade de inovação do país. Investimentos em educação e capacitação são essenciais para promover a formação de profissionais altamente qualificados e preparados para impulsionar a inovação em diversos setores.

¹ Existe uma vasta literatura sobre a conjuntura econômica brasileira nos anos 1980; 1990, para mais informações ver Abreu (2014) e mais especificamente sobre as transformações do setor produtivo brasileiro, Barbosa *et. al.*, (2015).

De acordo com o Ranking Global de Inovação 2020 da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), o Brasil investiu aproximadamente 1,3% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em 2020. Outrossim, observando a evolução interna, sem tomar como base os países desenvolvidos, a relação estrutural da indústria no Brasil vem se modificando ao passar do tempo através do aumento nas importações de materiais tecnológicos que não são produzidos em larga escala no país (BONELLI, 2010).

Mesmo com o atraso nacional comparada ao setor inovativo exterior, o setor bancário brasileiro vai na contramão dessa tendência. Reconhecido por possuir grandes instituições privadas e públicas, a área tornou-se referência mundialmente no cenário financeiro por políticas como a regulação por órgãos como o Banco Central do Brasil (BCB) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que implementam medidas e políticas para garantir a estabilidade do setor e as reservas e liquidez adequadas ao cenário vigente. Atrelado a todos esses fatores, o setor bancário brasileiro tem investido em inovação, especialmente em tecnologia e digitalização, para melhorar a eficiência processual. Isso se dá porque juntamente ao setor governamental, a área bancária é um dos setores que mais depende de investimentos para aperfeiçoamentos processuais (FEBRABAN, 2018).

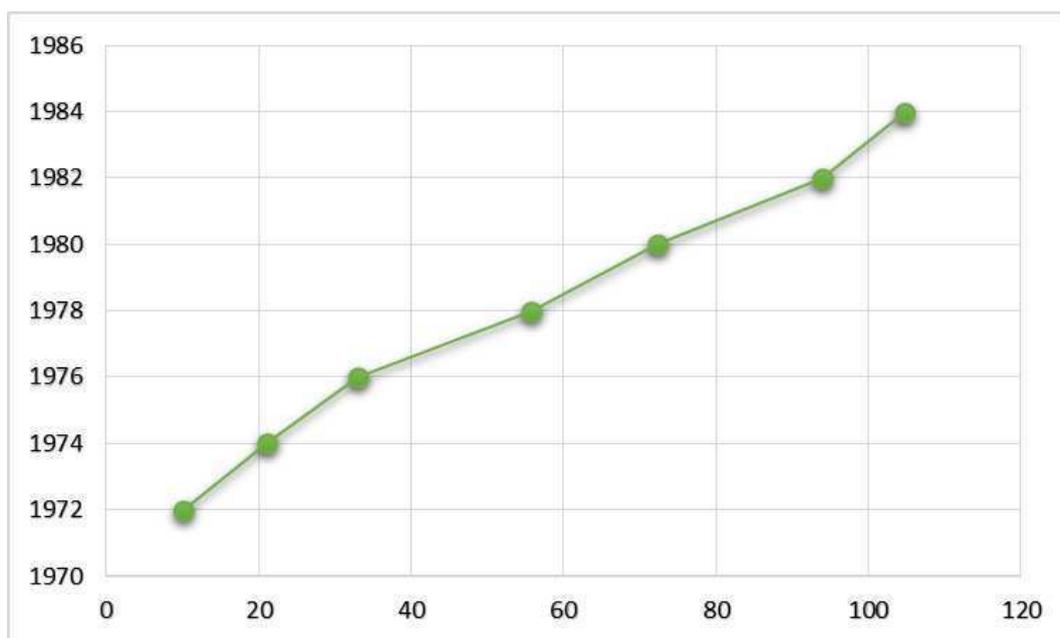
Vale salutar, que todos esforços inovativos voltados especialmente para o setor bancário no Brasil são regulamentados por órgãos e normas responsáveis como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em vigor desde 2020, que regula o tratamento de dados pessoais pelas instituições financeiras e a Resolução nº 4.553/2017, que dispõe sobre a política de segurança cibernética e os requisitos para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem por parte das instituições financeiras.

1.2) As décadas pré-2000 da economia nacional

A defasagem inovativa citada na seção anterior, tem como um dos agravantes no Brasil, a mão de obra. Quase metade da desigualdade em remuneração do trabalho está relacionada às diferenças em capital humano, pois existem diferenciais de remuneração por nível educacional. Por outro lado, tem-se mostrado que os incrementos nos anos de estudo dos trabalhadores, após políticas inclusivas a partir dos anos 2000, conduzem a

aumentos nos rendimentos salariais. Nas políticas dos anos 70, a economia mostrava um quadro de mercados fechados, altas taxas de importação, além do incentivo à Lei do Similar Nacional, para auxiliar a fabricação local (BAHIA, 2019). Essa política se manteve até meados da década de 80, onde o país iniciou as tentativas de atrair os investidores estrangeiros, para diminuir os efeitos da recessão econômica.

GRÁFICO 1 – A evolução da dívida externa brasileira em dólares nos anos 1970-1990 (em bilhões)



Fonte: Globalização financeira e a dívida pública brasileira: o endividamento nas décadas de 1970 e 1990 (BASTOS, *et.al.*, 2019)

O endividamento, conforme o GRÁFICO 1, pautado pela elevação da taxa de juros vigente no âmbito internacional, somado à duplicação dos preços do petróleo, resultou em fracasso no combate da inflação e da redução deficitária da conta de pagamentos. Contudo, na década em análise, o foco da política macroeconômica prevaleceu na contenção salarial, no controle de gastos do governo e no aumento da arrecadação, além da elevação nas taxas de juros internas (ABREU, 2014).

Posteriormente, com a implementação do Plano Real em 1994 e a adoção do regime de metas para a inflação em 1999, uma das principais consequências foi a estabilização da inflação, que atingiu níveis elevados durante as décadas de 1980 e 1990. Com o controle da emissão de moeda e a estabilização da taxa de câmbio, foi possível controlar a inflação e estabilizar a economia. Durante o surgimento do Plano Real, os bancos

perderam uma importante fonte de receita advinda da inflação e passaram a diversificar os serviços oferecidos aos clientes no sentido de tentar compensar esta perda, principalmente aqueles dependentes de tecnologia (ABREU, 1994; CARNEIRO, 2002; DEUS, 2017).

A adaptação ao ambiente de inflação do início dos anos 1990 desenvolveu nos bancos a capacidade de reformular estratégias operacionais com grande rapidez, conforme infere (DEUS, 2017), sobre a mudança na maneira da preservação das receitas bancárias. Nesse sentido, Montali (2000), analisando o mercado de trabalho na década de 1990, busca entender como as transformações nesse mercado se manifestam na família e nas condições de vida da população. Para a autora, as transformações na economia brasileira desde a década de 70, afetaram a inserção dos elementos da família no mercado de trabalho, o que devido à inexistência de políticas de emprego e de proteção social, ocasionou queda da renda familiar entre 1990 e 1994.

Para o controle econômico nacional, a estabilização da moeda (Real) foi decisiva para empreender mais segurança para a população, que sofria nas décadas de 1980 e 1990 com altas taxas de impostos inflacionários. Portanto, vê-se que a sucessão de crises no país, como a estagflação da década de 1980 e as mudanças estruturais de 1990, como por exemplo a entrada dos bancos estrangeiros no quadro dos bancos que atuavam no Brasil (ARIENTI, 2007; DEUS, 2017), geram desafios que demandam flexibilidade nas políticas econômicas, monetárias, fiscais e cambiais para serem combatidos no Brasil. Tais medidas utilizadas para sair de crises, como a flexibilidade de taxas, ainda são adotadas buscando ampliar os ganhos em termos de produtividade e competitividade frente ao cenário externo.

Em 1988, uma nova reforma bancária estabeleceu o modelo de bancos universais ou múltiplos. Esse movimento estimulou a entrada de instituições não financeiras no setor permitindo os bancos diversificarem seus tipos de operações. No ano de 1995, surgiu um cenário de desregulamentação do sistema financeiro pela eliminação do controle de capital, assim como a eliminação da principal fonte de rentabilidade do sistema bancário, que eram os ganhos de *floating* (ARIENTI, 2007).

O *floating*, também conhecido como *spread* inflacionário, é a diferença entre a taxa de juros que um banco cobra de seus clientes em empréstimos e a taxa que ele paga para

captar recursos no mercado financeiro (BCB, 2023). Quando a inflação está elevada, o Banco Central costuma elevar as taxas de juros para controlá-la. Logo, o ganho de *floating* representava uma fonte significativa de receita para os bancos no cenário da inflação alta.

Percebe-se então que desde meados dos anos 80 no país, o setor financeiro passa por ajustes e reformulações. No sentido dos ajustes, Rezende (2012) aponta que desde a implantação do Plano Real, o setor percorreu um processo de fusões e incorporações, como a compra do Banco Nacional por parte do Unibanco, em 1995, no ano de 2008, o Banco Itaú e o Unibanco se fundiram novamente, criando o maior banco do país em termos de ativos. Em 2015, o Banco Bradesco adquiriu o Banco HSBC Brasil (EL PAÍS, 2015), incorporando toda a expertise previamente obtida pelo banco britânica, trazendo elementos que agregam no valor de mercado da empresa, além da manutenção de profissionais qualificados que trabalhavam na empresa, conforme aponta o El País.

Para Puga (1999), desde o final de 1991, quando houve uma maxidesvalorização cambial, até o final de 1998, as autoridades monetárias vinham mantendo um elevado e estável diferencial entre as taxas de juros dos títulos públicos federais em dólar e as praticadas em países desenvolvidos, em particular, nos Estados Unidos. Nesse período, os bancos procuraram captar recursos no exterior para repasse no mercado doméstico.

Puga destaca a importância do processo de privatização dos bancos estatais na década de 1990, que permitiu a entrada de novos players no mercado e estimulou a concorrência. Isso, por sua vez, levou a uma maior eficiência no sistema financeiro e à melhoria dos serviços bancários prestados aos clientes. O autor argumenta que a possível vulnerabilidade do sistema financeiro brasileiro às crises cambiais é fruto da abertura econômica e da liberalização financeira, que por sua vez aumentaram a exposição do país a choques externos, como a valorização do dólar e a crise da dívida externa (PUGA, 1999).

1.3) Movimentos e cenário de inovação do país nas últimas décadas.

Dada a importância do processo inovativo e a percepção dos baixos níveis de produção interna comparado aos seus pares, o Brasil se destacou pelo nível de importações em tecnologia, como aparelhos, hardwares e conhecimentos, conforme aponta relatório da

Organização das Nações Unidas (ONU) de 2010, onde foram importados US\$20 bilhões em aparelhos tecnológicos no ano de 2009. No entanto, é válido mencionar que as importações de tecnologia podem afetar negativamente a balança comercial do país, uma vez que os gastos com importações superam as receitas geradas pela exportação de produtos de alta tecnologia. Isso pode contribuir para um desequilíbrio na economia e dificultar o desenvolvimento sustentável do setor de tecnologia no Brasil (ONU, 2010).

Em meio as políticas de incentivo a tecnologização, surgiu em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), com o objetivo de oferecer cursos de educação profissional e tecnológica pessoas de baixa renda, tendo como função ampliar a qualificação da mão de obra brasileira, estimulando o acesso ao ensino técnico e profissionalizante.

Para auxiliar a inovação e a produção interna de tecnologia, é essencial investir em P&D e criar um ambiente propício para o surgimento e crescimento de empresas inovadoras, fomentando a criação de novas patentes, por exemplo. O relatório do IBGE(2018) indicou que o Brasil registrou um total de 32.331 patentes concedidas no período de 2000 a 2017. No final de 2016, especificamente, foram concedidas 2.765 patentes no país, representando 8,6% da produção de quase duas décadas, de acordo com o Boletim Mensal de Propriedade Industrial de 2017 (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR, 2017).

Em 2020, o Brasil importou cerca de US \$34,5 bilhões em produtos de tecnologia. Entre os principais produtos importados destacam-se: equipamentos de telecomunicações (US \$12,9 bilhões) e produtos eletrônicos (US \$9,7 bilhões), números que demonstram a demanda e necessidade dos equipamentos tecnológicos produzidos externamente para a continuidade dos processos industriais locais (ME, 2020). Para fins comparativos, em dados disponibilizados pelo governo federal em 2020, no seu site oficial, a importação em agropecuária somou US\$4,12 bilhões no mesmo período. Nesse contexto, vale destacar que o ano de 2020 foi caracterizado por um cenário de incertezas sobre o grau de profundidade e extensão da pandemia da Covid-19 em nível global, conforme apresenta a Balança Comercial e Estatísticas de Comércio Exterior de 2020.

Já em 2021, segundo o Ministério da Economia, reduziu-se em 10% o imposto sobre bens de informática e telecomunicações, sendo assim, diminuindo o valor das compras

de produtos no exterior e reduzindo o preço médio das importações, com finalidade de fomento e tecnologização da indústria interna. As instituições financeiras se beneficiam dessa política ao ter incentivos para digitalizar cada vez mais processos e máquinas, criando a possibilidade de mecanismos como os saques digitais, que permitem um saque via máquina sem o uso do cartão. A redução tributária auxilia o mercado bancário no aperfeiçoamento de softwares e apps, gerando uma experiência mais efetiva e rápida ao consumidor.

Essas ações refletem a preocupação do governo em promover o acesso à educação tecnológica e impulsionar a modernização da indústria. Através do PRONATEC buscou-se qualificar a mão de obra para atender às demandas do mercado de trabalho cada vez mais tecnológico, visando suprir as vagas de emprego em aberto. Já a redução de impostos sobre bens de informática e telecomunicações tinha o objetivo de tornar mais acessíveis as tecnologias importadas, incentivando a adoção de soluções tecnológicas avançadas nas empresas nacionais, buscando a inserção global no meio das inovações.

Inseridas nesse processo, empresas inovadoras buscam reduzir jornadas de trabalho, fomentando o *home office*, com incentivos ao acesso de internet, entre outros. Logo, os índices de produtividade e satisfação tem se mostrado proporcionalmente positivos com os incentivos, a elevação salarial entre outros benefícios. Segundo a pesquisa FEBRABAN (2022), Em 2021, houve necessidade de virtualização do trabalho de profissionais das agências, em função da pandemia de Covid-19, logo, nota-se que a adoção do trabalho remoto vem no bojo de uma reformulação mais ampla dos modelos de atendimento físico ao cliente, que se torna mais especializado e consultivo.

De forma geral, finalizando a seção, sabe-se que o Brasil, apesar de se posicionar com enfoque em importar produtos já produzidos e conhecimentos externos, nem sempre foi somente o país da importação de materiais estrangeiros. Os fomentos governamentais, em políticas como redução de impostos e incentivos fiscais, estabilizou ainda mais o setor bancário nacional em uma posição de busca e pioneirismo em inovação, conforme aponta (DEUS, 2017) mostrando que o segmento de *software* e tecnologia da informação foi o que mais se beneficiou com o investimento, por parte das empresas financeiras, em produtos e serviços tecnológicos, auxiliando que o Brasil se tornasse o 4º maior mercado demandante de TIC no ano de 2012.

1.4) Leis e Instituições em função do incentivo à inovação

O caminho da industrialização nacional desde a década de 1970, forma uma trajetória de altos e baixos conforme aponta (DEUS, 2017), analisando que o Brasil, no início do período citado, passou por um período de ampliação do parque industrial, em especial, nos setores petroquímico e agrícola. Nesse período, o Brasil era considerado o país da América do Sul mais bem sucedido nesse empreendimento. Duas décadas depois, afetados pela crise da dívida da década passada, a economia passou por um processo de secundarização dos debates sobre a industrialização, potencializado pela vulnerabilidade externa e a instabilidade financeira dos países, citando (DEUS, 2017).

De acordo com Menezes Filho, *et. al.* (2014), o governo tem a chave propulsora que alimenta o crescimento da indústria nacional. Esse fomento, por meio de políticas de apoio direto, com medidas como isenção fiscal às empresas e créditos com juros reduzidos permite a exploração de novos produtos e o alcance de resultados acima da média comparado ao *benchmark* setorial, auxiliando a redução de custos produtivos e a otimização da produção, via tempo, precisão e agilidade. Como exposto, a diferença na capacidade de investimento é a função pela busca de recursos em países mais avançados no setor de inovação e tal situação pode ser mitigada mediante esforços políticos e empresariais, como exemplo a expansão e divulgação de leis nacionais, conforme apresentado ao decorrer do estudo.

Uma exemplificação de política nacional de incentivo através do apoio financeiro à P&D e inovação é a Lei nº 11.196, de 21/11/2005, conhecida como Lei do Bem. Esse programa governamental teve por função estimular o investimento em inovações e um dos principais benefícios oferecidos pela Lei é a dedução, na apuração do imposto de renda devido, dos dispêndios com pesquisa e desenvolvimento, conforme (SILVA, 2019), (DEUS, 2017).

Outro benefício da Lei do Bem é a possibilidade de as empresas reduzirem o tempo necessário para amortizar investimentos em P&D, o que pode contribuir para o aumento da competitividade no mercado. A partir do avanço da Lei, surgiram uma série de leis de incentivo aos avanços da informática, como a Lei 13.969/2019, também conhecida como Lei de Liberdade Econômica, que auxiliaram diretamente nas políticas de desenvolvimento tecnológico para o setor bancário, trazendo automatização desde o

cargo de gerente, passando por agentes comerciais, seguranças e todos os que estão incluídos no dia a dia de uma financeira.

A Lei do Bem apresentou rupturas no conceito de políticas de inovação, sendo uma delas a comprovação que os incentivos fiscais para P&D são de fruição automática, facilitando a adesão de empresas aos programas governamentais, pelo fato de isentá-las de apresentarem projetos prévios em inovação, possibilitando uma exclusão com os gastos prévios e desgastes em pesquisas, aumento o volume de investimentos em P&D, conforme (SALERNO; KUBOTA, 2008)

O cenário de adoção tardia da importação de tecnologia visando a implementação de inovação nos processos, coloca o Brasil como um dos países de maior potencial de crescimento inovativo do mundo (REZENDE, 2012), tendo em vista a capacidade de crescimento que o país apresenta comparado a grandes potências já estabilizadas no cenário de inovações como Estados Unidos e o Japão. Outrossim, as implementações das novas tendências tecnológicas passam por patentes e projetos que requerem esforços do país para que essas informações sejam inseridas no contexto produtivo.

Diante desse cenário de busca por inserção no meio tecnológico, destacam-se algumas instituições nacionais que se colocam na linha de frente da busca por inovação, como a FINEP e o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), além da EMBRAPPII (Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) e a Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC) (BNDES, 2022). As instituições supracitadas são as apoiadoras da aderência de inovação nas empresas nacionais, ressaltando a importância das políticas de fomento, tendo em vista que o processo inovativo é considerado de alto risco, o que por muitas vezes se torna um obstáculo para adoção desses métodos modernos e por isso, trazendo a necessidade de incentivos reais e significativos, mesmo sendo a inovação, um processo intrínseco ao desenvolvimento nos dias atuais.

1.5) O cenário recente da TIC aplicado ao setor bancário brasileiro

Segundo dados da empresa pública de fomento à ciência FINEP, em 15 anos foram investidos mais de R\$ 15 bilhões em universidades e institutos de tecnologia, visando à aceleração no desenvolvimento tecnológico, principalmente no fomento dos startups, modalidade em constante evidência no cenário mundial. O crédito para a inovação, controlado pela FINEP, registra crescimento exponencial desde 2000, sendo que ao final

de 2014, o volume de crédito gerenciado pela instituição se encontra em R\$8,7 bilhões, em recursos voltados a projetos de inovação (FINEP, 2022).

Outrossim, o cenário de incentivos à inovação tem se mostrado segregado tal qual outras áreas da sociedade. O estado de São Paulo é o mais influente na área, sendo atraente para as indústrias inovadoras, devido à grande quantidade de centros P&D espalhadas pela região. Outros polos como a região Sul e Minas Gerais também se destacam no contexto, mas tal espaço amostral tão reduzido explicita a necessidade de políticas públicas que tragam a inovação para novas regiões periféricas. Tal tarefa é dificultada pela expansão territorial do Brasil e os riscos que envolvem a adoção tecnológica, por isso se faz necessário o maciço apoio empresarial e governamental.

Na década de 2000 a 2010, o Brasil implementou algumas medidas de apoio financeiro e fiscal para inovação como por exemplo, a criação dos fundos setoriais de Ciência e Tecnologia, a Lei de Inovação e a Lei do Bem. Após aplicação desses fomentos, os benefícios fiscais para a inovação no Brasil atingiram aproximadamente R\$6 bilhões em 2012, resultantes das políticas previamente criadas. Mesmo as leis sendo eficazes, como a lei do bem, conforme Kannebley e Porto, (2012) um grande número de empresas não usufruiu desse benefício por desconhecimento dos projetos, demonstrando o tamanho da evolução que o Brasil ainda pode percorrer.

Nessa fase, o Brasil consolidou uma estrutura de suporte à inovação, com a expansão dos institutos federais atrelada aos impulsos de incentivos por parte do Ministério da Educação e Cultura (MEC) para auxiliar a formação de técnicos prontos para o mercado de trabalho. Um exemplo foi a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), ao fim do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que permitiu a articulação de um sistema integrado a *softwares* para conduzir a inovação nas empresas nacionais.

O suporte à inovação dos anos 2000 no Brasil influenciou significativamente o desenvolvimento do sistema bancário do país. Uma das principais mudanças ocorridas no setor bancário brasileiro nesse período foi a adoção de novas tecnologias, como o uso da internet e de dispositivos móveis para acesso aos serviços bancários.

Com a popularização da *internet*, os bancos começaram a oferecer serviços bancários *online*, o que permitiu aos clientes acessar suas contas e realizar transações bancárias

sem precisar ir fisicamente a uma agência bancária. Isso reduziu significativamente os custos operacionais dos bancos, uma vez que a prestação de serviços *online* é mais barata do que a prestação de serviços presenciais, trazendo mais conveniência e opções para os clientes e reduzindo os custos operacionais dos bancos.

De acordo com dados do BCB, os bancos brasileiros aumentaram significativamente seus investimentos em tecnologia nos últimos anos. Entre 2016 e 2020, por exemplo, os gastos das instituições financeiras com tecnologia da informação e comunicação cresceram a uma taxa média anual de 7,3%, chegando a R\$24,8 bilhões em 2020. A Inteligência Artificial está sendo usada muito fortemente na parte de crédito, de cobrança e tem permeado praticamente todos os negócios, incluindo as centrais de atendimento.

Esses investimentos em tecnologia têm trazido resultados positivos para o setor bancário brasileiro. Segundo dados da Federação Brasileira de Bancos, em 2020, as instituições financeiras brasileiras tiveram um lucro líquido total de R\$81,5 bilhões, um aumento de 5,3% em relação a 2019. Esse resultado pode ser atribuído em parte aos investimentos em tecnologia, que permitiram aos bancos reduzir custos, aumentar a eficiência e oferecer novos produtos e serviços aos clientes.

Para ilustrar o avanço, no estudo FEBRABAN (2022), 7 em cada 10 operações bancárias feitas no Brasil em 2021, de um total de 119,5 bilhões de transações, foram realizadas pela internet e pelo celular. Já o número de contas digitais abertas pelos bancos brasileiros em 2020 ultrapassou a marca de 105 milhões, um aumento de 22,5% em relação ao ano anterior. As transações financeiras realizadas por meios digitais (*internet banking e mobile banking*) cresceram 29,9% em 2020, em comparação com 2019. Todo esse movimento é fruto do fato que o setor bancário brasileiro investiu R\$24,8 bilhões em tecnologia da informação e comunicação (TIC) em 2020, um aumento de 5,5% em relação a 2019.

Esse capítulo teve por objetivo entender a conjuntura nacional desde 1970, traçando um caminho de enfrentamento de crises, consolidação de setores, como o bancário, mesmos em momentos adversos, cenários inflacionários, entre outros. Tal consolidação permitiu ao setor bancário estar bem posicionado para o recebimento de novas tecnologias e expertises, muitas vezes em forma de políticas fiscais. Essas leis permitiram aos bancos

e afins a chegar no atual cenário de TIC no Brasil, utilizando das melhores inovações para ofertar serviços e produtos de maneira eficiente. Passa-se, no próximo capítulo, a um panorama geral dos avanços e da atuação das cooperativas de crédito no Brasil.

Além disso, exploramos a importância do sistema financeiro brasileiro durante a crise de 2008. Os bancos brasileiros foram relativamente resilientes em comparação com outros sistemas financeiros internacionais, devido a uma série de fatores, como uma regulamentação sólida, a diversificação de suas atividades e a gestão prudente de riscos. No entanto, também viu-se desafios que o Brasil enfrenta em termos de inovação, como o baixo investimento em pesquisa e desenvolvimento e a dependência de importações de tecnologia.

CAPÍTULO 2 - TRAJETÓRIA E IMPORTÂNCIA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO MUNDO

A iniciativa do cooperativismo se introduziu no Século XIX, em meio ao advento dos problemas sociais observados na Primeira Revolução Industrial, como a desigualdade entre classes. Suas características operacionais permitem o sistema cooperativista unir os aspectos cooperativos e competitivos na mesma instituição, auxiliando uma organização que intermedia o mercado e os cooperados, como são chamadas as pessoas que se associam (OCESP, 2023).

Um dos enfoques desse sistema é fornecer ao cooperado a liberdade financeira que auxilia no desenvolvimento social e monetário, por meio de processos como o rateio de resultados, a interação profissional e as taxas acessíveis. Para (SEN, 1993), o desenvolvimento deve ser tratado com um processo expansionista das liberdades pessoais, conceito que se encontra com a premissa cooperativista do fomento à educação, autonomia e liberdade financeira.

O cooperativismo, mais especificamente, surgiu em Rochdale, no ano de 1844, na Inglaterra. O contexto da época foi a união de vinte e sete homens e uma mulher, que em apuros financeiros se juntaram para montar o próprio armazém, com intuídos de vendas com valor justo e divisão igualitária. Esse momento histórico é retratado no filme “Os Pioneiros de Rochdale”, dirigido por Adam Lee Hamilton. O movimento foi se reproduzindo pelas nações europeias, chegando ao Brasil em 1889, Minas Gerais, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto (OCESP, 2020)

As cooperativas no geral oferecem uma ampla variedade de produtos e serviços financeiros, incluindo conta corrente, investimentos, empréstimos, seguros e cartões de crédito. Elas se destacam pela sua atuação diferenciada, focada no atendimento personalizado e na proximidade com seus associados. No âmbito organizacional, possuem uma estrutura democrática de gestão, em que todos os associados têm direito a voto e participam das decisões das cooperativas (SICREDI, Site oficial, 2023).

Essa é uma das principais características que diferenciam as cooperativas de crédito dos bancos tradicionais, pois os associados têm voz ativa na gestão da instituição financeira. Elas têm como missão promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por

meio de cooperação. A visão é ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade, tendo como base valores como respeito e valorização das pessoas, cooperativismo e sustentabilidade, ética e integridade, excelência e eficiência, liderança responsável, inovação e simplicidade. Com o propósito em conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

Sintetizando o parágrafo acima, segundo a OCB, as cooperativas de crédito são geradas com o objetivo de ofertar serviços financeiros aos cooperados prezando pela sua qualidade (OCB, 2020). Percebe-se que as cooperativas de crédito não comercializam produtos visando o lucro, por isso, nesse tipo de organização são levadas em consideração as necessidades do associado, e em seguida, são oferecidas as soluções adequadas ao perfil individual.

2.1) O cenário cooperativista no Brasil com ênfase em Minas Gerais

O estado de Minas Gerais, amplamente participativo nas áreas agrícola e pecuária, é um dos mais beneficiados pela presença das cooperativas em sua região. É possível perceber por meio de dados disponibilizados pela Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG), a massiva presença do sistema na região, sendo que em 2020, Minas Gerais, somou 2,1 milhões de cooperados em 773 cooperativas dos ramos Agropecuário, Crédito, Transporte, Saúde, Trabalho, Produção de Bens e Serviços, Consumo e Infraestrutura, com uma movimentação de R\$73,4 bilhões na economia mineira (OCEMG, 2021).

Segundo (OCEMG, 2006) a cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva. Em Minas Gerais, por exemplo, segundo dados de 2020 da Pesquisa Anual da OCEMG, o SICOOB está presente em 499 municípios, contando com mais de 1.03 milhões de cooperados e 930 postos de atendimento. Na cidade de Mariana/MG, em 2023, o Sicoob conta com 03 postos de atendimento, sendo 02 de livre admissão, SICOOB Credimepi e SICOOB NOSSACOOP, e 01 voltado para os profissionais, estudantes e empresários da área de saúde, o SICOOB Credicom.

Mas somente com a criação do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), em 1979, que as cooperativas de crédito passaram a ter um marco regulatório específico e a se expandir mais rapidamente pelo país. Esse sistema estabeleceu normas de funcionamento e supervisão para as cooperativas de crédito, além de instituir mecanismos de garantia de crédito e de intercooperação. Para além dos objetivos financeiros e contábeis, uma característica que diferencia as instituições cooperativistas financeiras é a preocupação com a sociedade. Nessa perspectiva, tais organizações agem como mecanismos sociais, principalmente na ação local. Interpretando (NETO, 2002), o nível de educação, valor da produção e distribuição de renda é amplamente positivo em locais com a presença de cooperativas.

A expansão do sistema cooperativista na área de crédito, cujo grande objetivo é emprestar recursos a seus cooperados contribuindo positivamente na evolução do mercado, é um dos grandes fomentos para o aumento da competitividade no mercado bancário brasileiro. O crescente faturamento somado à movimentação financeira influenciou o reconhecimento de concorrentes dos bancos públicos e privados por parte do BCB. Desse modo, uma das maneiras que é utilizada para ser impactante socialmente e financeiramente é o movimento da democratização do crédito, que é viável pelas taxas praticadas nas instituições, menores que as utilizadas em bancos comerciais (BRESSAN, 2012).

Segundo o BCB, a prestação de serviços financeiros de modo mais simples e vantajoso aos seus associados possibilitando o acesso ao crédito e outros produtos financeiros, faz com que as cooperativas figurem como concorrentes às instituições bancárias tradicionais. Logo, assim como os bancos tradicionais, as cooperativas possuem a necessidade de reduzir as assimetrias informacionais, proporcionando aos cooperados maior agilidade e eficiência no atendimento. Para isso, conforme (BITTENCOURT, 2016), o caminho principal é a modernização dos processos por meio da adaptação aos avanços tecnológicos.

Mesmo diante das vantagens sociais, autores como (BRESSAN, 2012) atribuem às cooperativas, os mesmos riscos operacionais de um banco, em detrimento das concessões de crédito. Apesar das semelhanças nas operações, cooperativas em seus documentos oficiais de constituição procuram explicitar a distribuição de lucros entre os clientes no final de cada exercício contábil. Já nos bancos é comum perceber o

movimento de maximização de lucro somente aos acionistas majoritários. Tendo em vista o risco, foi criado o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP) em 2014 para contribuir com a solidez e confiança do SNCC, tornando-se uma rede de proteção ao SFN

2.2) Desdobramentos das cooperativas no setor bancário

A redução física de agências bancárias se dá pela tentativa de inserção no mercado digital, diminuindo o número de agências para investir no meio digital. Esse processo de meados de 2000 se consolidou e atualmente, fatores como o surgimento do *PIX*, *Open Finance* e a facilidade de acesso aos aplicativos tem inviabilizado cada vez mais a busca pelo atendimento presencial nas agências bancárias. Tal cenário está atrelado ao avanço das TIC como forma de estratégia bancária, sendo que as organizações industriais e de serviços tem investido em tecnologia da informação para obterem ganhos de produtividade e vantagens competitivas e conclui mostrando que em 2014, o setor bancário, com uma participação de 18% nos gastos com TIC do país, em 2014, foi o setor que mais investiu na área.(DEUS, 2017),

No início dos anos 2000, observou-se um processo contrário entre os bancos e as cooperativas, que é a variação no número de instituições. Mostras do (BACEN, 2005) demonstram que entre processos de fusões, incorporações e outros, o número de bancos brasileiros reduziu de 246 para 141 entre o final da década de 90 e início dos anos 2000.

No período de 2000, referente às cooperativas, o número de agências aumentou de 946 para 1.356. Tal comportamento entre bancos e cooperativas, apresenta a realidade do cenário financeira no início da década de 2000, na qual, os grandes bancos, já estabilizados, realizavam investimentos nos processos mais modernos vigentes da época, em contrapartida com a tentativa de estabilização e consolidação das cooperativas, que se expandindo fisicamente, buscavam maior abrangência e mais proximidade nos relacionamentos pessoais.

Por isso, para (BRESSAN, 2012) é recorrente perceber o senso de dono nas relações cooperativistas, influenciando diretamente na administração e nas estratégias de campanhas das cooperativas. Vê-se que o senso de pertencimento, induz a aplicação de melhores taxas e condições, como forma de fomentar o crescimento do associado, tornando as instituições um grupo onde a ascensão social é palpável. Sendo assim, a

presença de agências físicas para acolhimento ao cooperado e o volume de crédito concedido são as chaves propulsoras para o avanço do cooperativismo financeiro, evidenciando que a carteira de empréstimos, por exemplo, é o recurso mais importante e lucrativo das cooperativas de crédito.

Segundo dados do (BACEN, 2016), as cooperativas de crédito foram responsáveis por 4% do lucro líquido do SFN, no ano de 2015. O valor acumulado pelo sistema financeiro atingiu a marca de R\$44 trilhões nesse mesmo ano. Apesar de tal representatividade em valores, as cooperativas de crédito são um exemplo de organização em que a busca da maximização dos lucros não é prioritariamente aplicável, (BRESSAN, 2012).

Nesse cenário, as cooperativas de crédito saltaram de 2,4% de participação no SFN referente às operações de crédito em 2011 para 3,23% em 2015. Evidenciando o avanço, considerando-se as operações de crédito do segmento bancário, a participação das cooperativas de crédito foi de 0,75% em 1997 para 2,15% em 2003. Referente aos créditos totais, o aumento percentual foi ainda mais significativo, conforme dados do (BACEN, 2022) no Quadro 1.

Quadro 1 - Participação das cooperativas no crédito total do SFN

ANO	Participação das cooperativas, em %
2015	5,93
2016	6,64
2017	7,49
2018	8,39
2019	9,12
2020	10,37
2021	10,74

Fonte: Banco Central, 2022. Disponível em [Relatório de Economia Bancária – 2022 \(bcb.gov.br\)](https://www.bcb.gov.br/relatorio-de-economia-bancaria-2022)

Conforme dito, com o crescimento das cooperativas, o SNCC, composto por cooperativas centrais, singulares e confederações, se destacou por possuir R\$371,8 bilhões de ativo total em 2020. Suas principais instituições nacionais são o SICREDI, SICOOB, e a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL). O crescimento está atrelado à ampliação do escopo das cooperativas, que vem alterando seus critérios de associação, por exemplo, se tornando instituições de livre admissão, melhorando a acessibilidade e alcance social.

O estudo publicado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2022) em janeiro de 2022, revela que as cooperativas financeiras enfrentam uma série de obstáculos que limitam sua capacidade de competir com os bancos comerciais, como a falta de acesso a recursos financeiros, as barreiras regulatórias, a falta de infraestrutura tecnológica e a limitação do tamanho dos seus mercados.

Esses fatores limitam a capacidade das cooperativas de oferecer uma gama completa de serviços financeiros, o que pode levar à exclusão de grupos populacionais marginalizados, como pequenos empresários, agricultores familiares e comunidades rurais. Outro fator que contribui para a exclusão financeira das cooperativas é a falta de reconhecimento legal e regulatório. Muitas cooperativas não são regulamentadas ou não são reconhecidas pelos governos nacionais, o que limita sua capacidade de oferecer serviços financeiros e obter financiamento. Além disso, as cooperativas muitas vezes têm dificuldade em cumprir os requisitos regulatórios impostos pelos governos nacionais, o que pode dificultar ainda mais sua competitividade em relação aos bancos tradicionais. (CEPAL, 2022)

A inclusão financeira, segundo o texto da (CEPAL, 2022), pode ser promovida por meio do fortalecimento das cooperativas financeiras. Para isso, é necessário investir em infraestrutura tecnológica, aumentar o acesso a financiamento e recursos financeiros, melhorar a regulamentação e o reconhecimento legal das cooperativas e apoiar a cooperação entre as cooperativas financeiras. O estudo também aponta que as cooperativas financeiras desempenham um papel importante no financiamento da economia real, especialmente em setores como a agricultura, o comércio local e as pequenas empresas.

As cooperativas também são importantes na redução da pobreza e da desigualdade, uma vez que elas tendem a atender as necessidades financeiras de grupos populacionais marginalizados. Segundo dados do (BCB, 2022), existiam 1.203 cooperativas de crédito em operação no país, enquanto o número de bancos comerciais e múltiplos era de 139. Essa gama de oferta e especialização do serviço oferece ao consumidor atendimentos personalizados, mais eficácia no tratamento das demandas, além da abundância de estruturas físicas (BCB, 2022). A partir do panorama mercadológico e tecnológico do setor cooperativista apresentado nessa seção, serão apresentados, na seção seguinte, dados a respeito das maiores cooperativas nacionais em crédito e clientes.

2.3) As maiores organizações cooperativas no Setor Financeiro Nacional

Ao longo das últimas décadas, as cooperativas de crédito no Brasil têm apresentado um crescimento constante. De acordo com dados da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (CONFEBRAS), o número de cooperados cresceu de cerca de 3,5 milhões em 2000 para mais de 10 milhões em 2021. O volume total de ativos das cooperativas de crédito no país, que inclui depósitos, empréstimos e outros tipos de operações financeiras, cresceu de cerca de R\$20 bilhões em 2000 para mais de R\$400 bilhões em 2021.

Quadro 2 - Crescimento total em volume de ativos e associados

Anos	Associados, em milhões	Volume total de ativos, em bilhões
2000	3,5	20
2021	10	40

Fonte:CONFEBRAS, 2022. Disponível em [BureauCoop](#)

No cenário cooperativista, as maiores cooperativas de crédito do Brasil, em termos de ativos SICREDI, SICOOB e CRESOL. O SICREDI, de acordo com site oficial, conta com uma presença nacional e uma extensa rede de agências. Em 2020, o SICREDI tinha mais de 5,5 milhões de associados e um volume de ativos que ultrapassa R\$197 bilhões. O SICOOB que possui uma atuação em todo o território nacional, conta com mais de 4,9 milhões de associados e um volume de ativos que supera os R\$167 bilhões. Já a

CRESOL tem como foco o atendimento a agricultores familiares e empreendedores rurais. Com uma atuação mais concentrada nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, a CRESOL possui mais de 210 mil associados e um volume de ativos que ultrapassa os R\$8 bilhões.

Embora as três cooperativas atendam tantas pessoas físicas quanto jurídicas, elas têm enfoques diferentes em relação aos seus públicos-alvo.

Quadro 3 - Foco do atendimento em cada cooperativa

PÚBLICO ALVO	FOCO
SICOOB	Abordagem expandida, diferentes perfis de associados, desde pequenas empresas até pessoas físicas.
SICREDI	Agricultores familiares, empresários, profissionais liberais e servidores públicos
CRESOL	Tem como foco principal o atendimento para os agricultores familiares.

Fonte: Tabulação própria a partir dos dados coletados.

Ressalta-se também que cada cooperativa de crédito tem sua própria estrutura organizacional e forma de governança. O SICREDI, por exemplo, adota um modelo de centralização decisória, com uma estrutura central, estadual e de agência. O SICOOB, assim como a CRESOL, possui um modelo de governança cooperativa, com participação dos associados nas decisões estratégicas.

Tais números tendem a crescer em detrimento da tendência das cooperativas de crédito de oferecer taxas de juros mais baixas do que os bancos tradicionais, em operações de empréstimo, financiamento, cheque especial entre outros, devido à sua estrutura sem fins lucrativos e à participação dos cooperados nas decisões. Em março de 2022, a taxa média de juros do cheque especial nos bancos era de 120,8% ao ano, enquanto nas cooperativas de crédito era de 58,4% ao ano, segundo o BCB.

As cooperativas também costumam cobrar tarifas mais baixas do que os bancos tradicionais, segundo a CONFEBRAS, vide em 2021, que a tarifa média mensal de uma

conta corrente em cooperativas de crédito era de R\$12,97, enquanto nos bancos, com o mesmo pacote de serviços era de R\$30,43.

Finalizando a seção sobre o cenário inovativo, as cooperativas de crédito precisam se adaptar às mudanças e focar no desenvolvimento de novas habilidades. Isso inclui ampliar os canais de atendimento digitais, implementar processos automatizados e promover uma cultura de inovação. É essencial investir em capacitação e desenvolvimento dos colaboradores para lidar com as demandas digitais e tecnológicas. A comunicação e colaboração também devem ser adaptadas ao ambiente digital, utilizando plataformas e ferramentas de videoconferência e a adaptação à digitalização é fundamental, envolvendo repensar processos, investir em tecnologia e oferecer serviços financeiros inovadores em uma cultura que promova a adaptação contínua e a colaboração.

CAPÍTULO 3:

SICOOB - INOVAÇÃO E PRODUTOS NO COOPERATIVISMO

O objetivo deste capítulo é apresentar de forma mais exploratória o papel da instituição SICOOB, por meio das movimentações de incentivo à inovação, através do investimento em TIC na oferta de seus produtos. Assim, busca entender os desdobramentos dessa política de inovação, comparando as cooperativas com alguns competidores do mercado financeiro, sendo eles, a cooperativa de crédito SICREDI e o Banco do Brasil. O estudo feito nos números de adesão ao compartilhamento de dados via *Open Finance*, seja a instituição um órgão receptor ou transmissor de informações.

3.1) Últimos lançamentos do SICOOB para os seus cooperados

Como apresentado no capítulo anterior, os principais sistemas cooperativos no Brasil são os seguintes, o SICOOB, SICREDI e CRESOL, (BACEN, 2020). Para organização sistêmica, o cooperativismo brasileiro foi dividido em 2019 nos sete ramos, sendo eles o agropecuário, consumo, infraestrutura, saúde, produção de bens e serviços, trabalho, transporte e crédito. Essa reorganização aconteceu levando em conta todas as legislações, regulações e a quantidade das cooperativas por ramo (OCB, 2020). Das três cooperativas, o sistema SICOOB é que apresenta maior flexibilidade no que diz respeito ao perfil do cliente, enquanto a CRESOL é a mais nichada.

Nesse contexto de caracterização, (BRESSAN, 2012) destaca que as cooperativas de crédito são sociedades de pessoas, enquanto os bancos tradicionais são sociedades de capital. Essa sociedade de pessoas possui regulamentação e fiscalização do BCB, como a Lei nº 5.764/71, por exemplo, também conhecida como "Lei do Cooperativismo no Brasil" define as normas para funcionamento das cooperativas no país, obrigando as cooperativas a aplicar recursos no social, constituindo o fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social.

Em todo esse cenário destaca-se o SICOOB, que é considerado um *case* de sucesso em inovação e cooperativismo no Brasil. Fundado em 1983, é um sistema que tem como objetivo todos os princípios do cooperativismo estudados acima, como oferecer serviços financeiros de qualidade para seus associados, promovendo o desenvolvimento econômico e social das comunidades em que está presente.

Uma das principais características do SICOOB é a sua capacidade de inovação. A cooperativa está atenta às mudanças tecnológicas e às necessidades dos seus associados, buscando novas soluções e melhorias nos seus produtos e serviços. Ao longo dos anos, o SICOOB investiu em tecnologia, como a implementação de canais digitais, aplicativos móveis e internet banking, para oferecer maior conveniência e agilidade no atendimento aos associados, além das outras inovações que serão citadas abaixo (SICOOB, Site Oficial. 2023).

Quadro 4 - Funcionalidades dos principais aplicativos lançados pelo SICOOB

APLICATIVO SICOOB	FUNCIONALIDADE
Sicoobcard Mobile	Consulta de saldo. Verificar transações. Acompanhamento limites;
Moob	Acessar os ativos totais da cooperativa. Poder de voto em assembleia. Gestão e transmissão de eventos
Coopera	Fidelidade em forma de troca de pontos. Possibilidade de compras no marketplace, troca por capital social.

Fonte: Tabulação própria a partir dos dados coletados.

O *Sicoobcard Mobile*, desenvolvido em 2016, é um aplicativo para seus clientes com cartões de crédito e débito emitidos pela instituição. Esse aplicativo permite que os clientes tenham acesso às informações e serviços relacionados aos seus cartões de crédito e débito em seus dispositivos móveis, como *smartphones e tablets*. Via *Sicoobcard*, os clientes podem consultar seus saldos disponíveis em seus cartões, além de verificar as transações recentes realizadas, mantendo um controle de suas finanças.

Em caso de perda ou roubo do cartão, os clientes podem bloquear temporariamente ou desbloquear o cartão diretamente pelo aplicativo, proporcionando maior segurança em caso de situações imprevistas. Ademais, o *Sicoobcard Mobile* permite que os clientes informem sobre suas viagens, evitando bloqueios de segurança quando o cartão for utilizado em outros países ou regiões.

Na direção de inovação do sistema SICOOB, lançado em 15 de Agosto de 2019, o *Moob* é um aplicativo específico para facilitar e incentivar o contato entre os cooperados e suas cooperativas. Com mais de 100.000 *downloads*, o aplicativo oferece

várias funcionalidades que permitem aos cooperados acessar informações atualizadas da instituição, conhecer os números e ativos totais da cooperativa, o que ajuda a construir confiança para investir e fortalecer o sistema. (SICOOB, Site oficial. 2023)

Além disso, o aplicativo oferece a funcionalidade de Gestão de Eventos. Os cooperados podem visualizar os detalhes do evento usando a tecnologia de leitura de *QR Code* para confirmar a presença. Essas funcionalidades visam proporcionar uma experiência mais interativa aos cooperados em sua relação com a cooperativa. Elas promovem a transparência, facilitam a participação em eventos e estimulam a troca de informações importantes para a comunidade de cooperados.

Outro programa inovador acompanhando a tendência de novos lançamentos é o Programa Coopera, um programa de fidelidade que permite que os clientes acumulem pontos por meio do uso dos produtos e serviços. Esses pontos podem ser trocados por uma variedade de recompensas e benefícios. O programa possibilita aos participantes acumularem pontos, que podem ser utilizados para resgatar produtos ou realizar compras no *Shop Coopera*.

O aplicativo, lançado em Novembro de 2020, é projetado para atender tanto aos cooperados, tornando-se o primeiro ecossistema de fidelização do cooperativismo no Brasil. Ele oferece uma variedade de opções de lazer e investimentos, permitindo que os clientes desfrutem de benefícios financeiros por meio de aportes em Previdência Privada ou Capital Social. A iniciativa visa incentivar a fidelidade dos clientes ao SICOOB e oferecer uma ampla gama de produtos e serviços que facilitem o dia a dia dos participantes do programa.

Percebe-se então que o SICOOB está comprometido em tornar a vida dos cooperados mais prática, investindo em inovação social e tecnológica para oferecer soluções financeiras modernas. Uma dessas inovações é o Saque Digital, um serviço que permite realizar saques utilizando apenas o smartphone, extinguindo a necessidade do cartão físico. Através do aplicativo, os cooperados podem cadastrar a intenção de saque e, em seguida, dirigir-se a um caixa eletrônico. Ao ler o *QR-Code* exibido na tela com a câmera do celular, o dinheiro é liberado com agilidade na operação. Esse serviço traz ainda mais conveniência para o dia a dia dos cooperados, reduzindo a necessidade de carregar o cartão consigo para fazer saques. (SICOOB, Site oficial. 2023)

Figura 1: Aplicativos atuais oferecidos pelo SICOOB



Fonte: SICOOB - Site institucional (2023). Disponível em SICOOB

Recentemente, a mais nova adequação ao mercado praticada pelo SICOOB, é o lançamento da nova máquina SIPAG 2.0 e a adesão ao *Open Finance*. Na busca de fomentar diversos atrativos inovadores para disputar com a concorrência, foi lançada a *Sipag Smart POS 2.0*, uma máquina em parceria com a fabricante *PAX*, que no formato *Android*, tem funcionalidades de Débito, Crédito, Parcelado, Antecipação e PIX. A *Smart POS* conta com um pós-venda rebuscado, fornecendo a possibilidade de estornos via manual e fotografia de comprovantes de recebimento (SICOOB, Site oficial. 2023)

Ademais, mediante a tantos movimentos, os grandes bancos ainda seguem ditando a tendência do mercado. Em 2017, por exemplo, o Banco Bradesco lançou um novo produto chamado Fone Fácil Bradesco, garantindo aos clientes a possibilidade de pagamento de boletos através de arquivos .pdf a captura de imagem para depósito de cheques, através da leitura do código de barras, revolucionando a forma de atendimento ao cliente e desenvolvendo novas opções de serviço. Essa tecnologia voltada ao setor bancário é capaz de tornar a relação entre os clientes e os serviços bancários menos desgastada, por eliminar incômodos como deslocamento, ligações extensas, entre outros (CIAB, 2016).

Por outro lado, as cooperativas continuam seguindo os passos para se manterem competitivas no mercado. Conforme abordado, a consciência social base do cooperativismo, tem sido o principal fator diferencial das cooperativas, seja no

atendimento *online* ou presencial. A adesão ao meio digital, promoveu ao SICOOB, por exemplo, a maior nota de avaliação do aplicativo no *App Store e Google Play*, 4.8 e 4.7, respectivamente em 2019, comparado com os principais bancos e o SICREDI.

3.2) Comparando o SICOOB ao SICREDI e Banco do Brasil na inovação via *Open Finance*.

Com o intuito de estabelecer um comparativo para situar a posição do SICOOB frente outra Instituição bancária e cooperativa que, em grande parte, converge na oferta de serviços para um público alvo relativamente semelhante, esta seção pretende estabelecer, com enfoque comparativo, ambas ofertas de produtos e serviços.

Essa seção trata com foco a questão do *Open Finance*, uma iniciativa que visa concentrar a troca de informações financeiras entre instituições, como bancos e cooperativas, tornando mais fácil o compartilhamento e o gerenciamento de dados e contas financeiras. O *Open Finance* além de facilitar o compartilhamento de dados permitidos e integração de sistemas financeiros, auxilia com o consentimento do cliente, o repasse dos dados às demais instituições financeiras com finalidade da oferta de novas soluções e produtos. Uma das causas da implementação desse novo sistema, para (GARCIA; BRAOIOS, 2022) é a barreira da alta concentração de ativos e serviços do mercado, situação que o *Open Finance* pretende enfrentar.

Para mitigar tal situação apresentada acima, as instituições de maior porte, vide bancos múltiplos e comerciais possuem participação obrigatória no *Open Finance* para fins de compartilhamento de dados. Os principais objetivos do projeto passam por incentivar a inovação, aumentando a eficiência e concorrência do SFN. (GARCIA; BRAOIOS, 2022).

Os clientes podem compartilhar seus dados com outras instituições financeiras de forma segura e consentida, possibilitando que encontrem as melhores taxas e condições que se adequem às suas necessidades e realidade financeira. Essa padronização e transparência na troca de informações trazem mais comodidade, eficiência e simplicidade no relacionamento com instituições financeiras. Os dados compartilhados têm a regulamentação da LGPD, lei citada previamente no primeiro capítulo, ou seja, além da estrutura externa de governança para a implementação do *Open Finance*, também

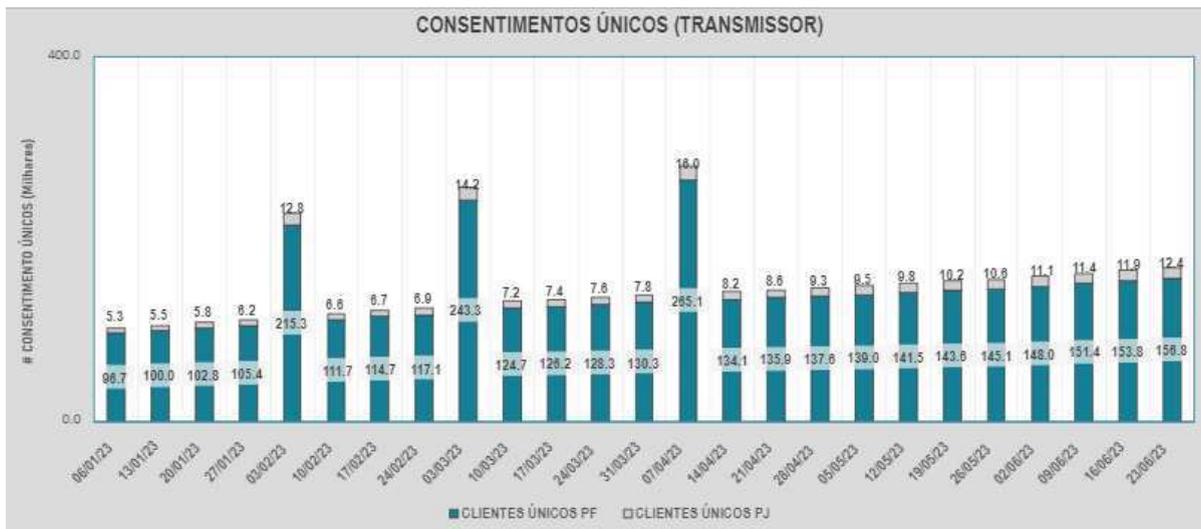
deverá existir uma estrutura interna de governança, em linha do recomendado pela LGPD.

A conjuntura acima surgiu com fiscalização do BCB, que a partir da Resolução Conjunta nº 1/2020, definiu quais informações devem ser compartilhadas, dentre elas contas de depósito à vista, contas de depósito de poupança, contas de pagamento pré-pagas, contas de pagamento pós-pagas, operações de crédito, operações de câmbio, serviços de credenciamento em arranjos de pagamento (GARCIA; BRAOIOS, 2022). Esse movimento está em consonância com o princípio cooperativista da justiça econômica, ao permitir às instituições e seus clientes que realizem comparações entre taxas de crédito, análise dos benefícios de produtos, capacidade de pagamento do tomador de empréstimo e uma obtenção mais precisa do perfil do cliente.

Em resumo, ao aderir ao *Open Finance*, o SICOOB está fortalecendo seu relacionamento com os cooperados, oferecendo mais opções para tomarem decisões financeiras mais informadas e escolherem as melhores ofertas e condições que atendam às suas necessidades individuais. Isso resulta em uma experiência financeira mais satisfatória e alinhada às expectativas e preferências dos cooperados.

Sendo assim, o consentimento no compartilhamento dos dados é a etapa fundamental no processo do *Open Finance*. Nessa fase, as instituições estão aptas a receber e compartilhar os dados citados na resolução conjunta. Na Instrução Normativa BCB Nº 371 de 10/04/2023, ressalta-se que as instituições participantes do *Open Finance* possuem autonomia para decidir sobre o compartilhamento de dados adicionais, desde que respeitado o consentimento prévio do cliente ao se tratar de dados pessoais. A exigência de consentimento prévio do cliente, para finalidades e prazos determinados, também é exigência para o compartilhamento dos dados cadastrais e transacionais de clientes, conforme a normativa. O Dashboard do Cidadão, mecanismo utilizado para análise de dados, apresenta diferentes visualizações gráficas para cada uma das fases do *Open Finance* e a fase indicada para o estudo é os dados de permissão do compartilhamento de dados do consumidor para outras instituições bancárias.

Figura 2 – Consentimentos para transmissão de dados pelo SICOOB via *Open Finance*

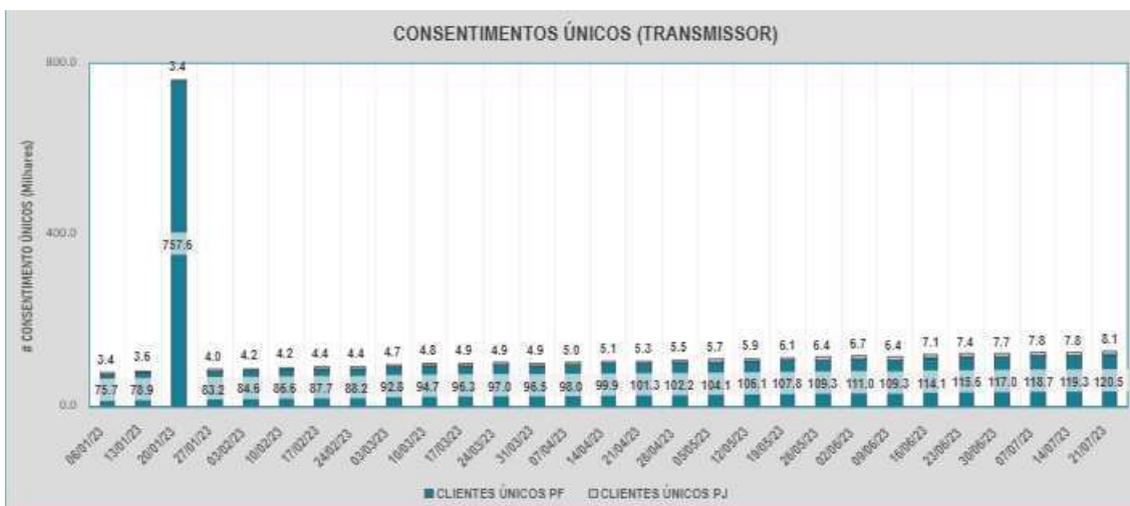


Fonte: *Dashboard do cidadão*, 2023. Disponível em <https://openfinancebrasil.org.br/dashboard-do-cidadao/>

Na figura 2 estão representados em números os dados de permissão do compartilhamento de dados do cliente SICOOB, para outras instituições. O acesso ao aplicativo tem permitido maiores informações e benefícios sobre a transmissão, tanto na recepção dos números, quanto na transmissão.

Transitando entre os dados do primeiro semestre de 2023, a quantidade de compartilhamentos entre janeiro e julho de 2023 avançou em 62,15%, de maneira constante e linear, no que se refere ao cliente pessoa física e 134% no avanço do compartilhamento de dados pessoa jurídica. Esse avanço valida as campanhas de adesão e fomento ao *Open Finance* na medida que mais consumidores estão conhecendo os produtos e taxas da cooperativa, conforme palavras do diretor de TI do SICOOB Antônio Vilaça Júnior, sobre a expectativa alta com o *Open Finance*, ao poder mostrar os diferenciais competitivos do cooperativismo financeiro de forma ágil e na palma da mão dos brasileiros. Vale ressaltar a campanha trimestral feita pelo SICOOB, de Fevereiro até Abril, fomentando os clientes aderirem ao *Open Finance* via notificações no aplicativo.

Figura 3 – Consentimentos para transmissão de dados pelo SICREDI via *Open Finance*



Fonte: Dashboard do cidadão, 2023. Disponível em <https://openfinancebrasil.org.br/dashboard-do-cidadao/>

Na Figura 3 representando as transmissões de dados e serviços via *Open Finance* da SICREDI, estão em evidência os números de evolução da adesão à transmissão de dados por parte dos cooperados. Em janeiro de 2021, a instituição fez uma campanha de adesão no compartilhamento de consentimentos para outras instituições, o que se refletiu no final do mês analisado, conforme figura 3. Nas pessoas físicas, representadas em azul, ocorreu um avanço de 51% na taxa de consentimentos, enquanto nas pessoas jurídicas houve um aumento de aproximadamente 117%. Tanto em volume, quanto em porcentagem de crescimento no ramo, o SICOOB apresenta uma leve vantagem quando comparadas as estatísticas, sendo ambas instituições apresentando crescimentos lineares, conforme apresentado no quadro abaixo.

QUADRO 4 - Crescimentos percentuais em consentimentos para transmissão de dados

COOPERATIVAS	1ºSEMESTRE 2023 PF	1ºSEMESTRE 2023 PJ
SICOOB	62,15%	133,90%
SICREDI	52,70%	117,64%

Fonte: *Dashboard* do cidadão, 2023. Disponível em <https://openfinancebrasil.org.br/dashboard-do-cidadao/>

Outrossim, além da comparação entre cooperativas, é importante comparar tais dados com instituições consolidadas no setor como o Banco do Brasil. Essa comparação permite entender o quão próximo estavam as cooperativas de crédito no início da adesão ao Open Finance, comparando até junho de 2023. A distância entre ambos também permite analisar quais os passos e políticas devem ser tomadas, a fim de se tornar cada vez mais competitivos no mercado.

Na figura 4, já se observa que em pessoas jurídicas, um grande público-alvo do SICOOB os níveis de compartilhamento em volume estão equiparados, sendo 10,1 (em milhares) de consentimentos feitos via Banco do Brasil, até junho de 2023, enquanto no SICOOB foram 12,4. No que se refere às pessoas físicas, ainda existe um *gap* entre o nível de adesão entre as instituições, com uma diferença de volume em aproximadamente oito vezes. Esse cenário está se aproximando em pessoas jurídicas, porém é necessária uma maior conscientização com o público de PF, que é mais receoso a se inserir nessa inovação, por ser algo recente e significante. Para as empresas, que são consumidoras de crédito e produtos, como seguros, é intuitivo comparar taxas e ofertas, facilitando o mecanismo de consentimento e adesão ao *Open Finance*.

Figura 4 - Consentimentos para transmissão de dados pelo Banco do Brasil via *Open Finance*



Fonte: Dashboard do cidadão, 2023. Disponível em <https://openfinancebrasil.org.br/dashboard-do-cidadao/>

Finalizando a seção, por meio da observação de dados apresentados nas figuras e quadros, nota-se que o SICOOB está bem posicionado frente ao SICREDI e Banco do Brasil no que se refere ao compartilhamento de dados via *Open Finance*. A abordagem em campanhas e ações para o acesso ao *internet banking* e a autonomia do cooperado influenciou diretamente na evolução dos dados referente ao *Open Finance*, que é um meio de inovação no setor bancário relativamente novo. Essa adesão é fomentada por campanhas, que aumentam consideravelmente o número de novas entradas conforme observado em figuras apresentadas nessa seção. É possível observar a aproximação em números percentuais no que se refere a adesão de pessoas jurídicas, que são um importante público alvo das cooperativas. Ademais, referente às pessoas físicas, a diferença em número ainda é considerável, apesar do aumento percentual constante. Quanto ao perfil de lançamentos de aplicativos, o SICOOB tem seguido uma linha de inovação em consonância com as atitudes tomadas no mercado bancário, reforçando os mecanismos de ajuda digital, aperfeiçoando os manuais de uso e lançando aplicativos cada vez mais específicos para demandas do cliente, como por exemplo o *SicoobCard Mobile*.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou analisar, com enfoque nas cooperativas de créditos (e, em especial para o caso do SICCOOB, partindo da hipótese de que as cooperativas estão se adequando às inovações tecnológicas e chegando próximo operacionalmente em operações e políticas inovativas a grandes bancos, como o Banco do Brasil, usado como exemplo comparativo no estudo. Para tanto, foi feito o levantamento teórico com o intuito de contextualizar a discussão sobre as políticas de inovação no capítulo 1, focando na trajetória histórica nacional e considerações sobre conjuntura econômica também foram realizadas. Buscou-se, de forma complementar, analisar o que foi empreendido em outros setores consolidados no sentido de inovação e seus principais incentivos. No segundo capítulo, foi apresentado um panorama do setor bancário brasileiro, abrangendo a estrutura tecnológica e histórica das cooperativas de crédito, dando enfoque no surgimento dessas e o que foi feito para acompanhar a evolução do setor.

Por fim, no terceiro capítulo, foi feita uma análise comparativa das empresas SICCOOB, SICREDI e Banco do Brasil, utilizando dados públicos do *dashboard* do cidadão para verificar o posicionamento do SICCOOB mediante as duas concorrentes escolhidas. Com este trabalho, foi possível observar que as cooperativas de crédito, vêm seguindo a lógica de um aumento de investimento em tecnologia da informação, durante os últimos trinta anos, tendo em vista os ganhos em escala que esse tipo de investimento gera para os serviços bancários, como demonstrado nos trabalhos revisados..

Assim, o SICCOOB tem ampliado a captação de cooperados, através de recursos tecnológicos como o *internet banking*, o saque digital, os aplicativos da cooperativa, entre outros. Como apresentado, assim como os bancos, as cooperativas também apresentam capacidade de se adequar às novas tendências tecnológicas, visando solidez frente a quaisquer cenário econômico ao qual o Brasil esteja se deparando. É possível, por exemplo, pelo decorrer das seções, notar que o sistema bancário conseguiu extrair de um período de alta inflação ganhos financeiros que se destinaram ao investimento em tecnologia.

De forma geral, conclui-se que o SICCOOB conseguiu implementar vantagens inovativas no setor cooperativista, a fim de melhorar os serviços e aumentar sua parcela de mercado. Essa empresa fomentou suas estratégias competitivas ao longo do tempo, de

acordo com a tendência do cenário financeiro nacional e seus concorrentes. É possível notar que a consolidação do setor bancário via ganhos de *floating* em um período de alta inflação, gerou a possibilidade de envio de recursos destinados ao investimento em tecnologia, como a compra de empresas da área de TIC que estariam à disposição do setor bancário posteriormente. Atualmente, o SICCOB oferece todos seus serviços presenciais também em plataformas digitais, aderindo a inovações tecnológicas como o *Open Finance*, além disso, obtendo resultados positivos, que tem colocado a instituição em um sólida posição no mercado bancário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M.P.(Org.) **A Ordem do Progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. Campus, 2014. 460p. Disponível em [\(PDF\) A ORDEM DO PROGRESSO | Paulinho Soares - Academia.edu](#) Acesso em 7/2022

ARIENTI, P. F. F. **Reestruturação e consolidação do sistema bancário privado brasileiro**. Ensaios FEE. Porto Alegre, v. 28, out. 2007. Disponível em: [Reestruturação e consolidação do sistema bancário privado brasileiro | Arienti | Ensaios FEE](#) Acesso em 1/2023

BACEN (2022) Banco Central do Brasil. **Relatório 2022**. Disponível em: [Relatório Integrado 2022 \(bcb.gov.br\)](#) Acesso em 05/2023

BAHIA, D.S. **Pesquisa e desenvolvimento, capital de conhecimento e estrutura produtiva: Os efeitos do programa de subvenções econômicas à inovação no Brasil**. 2019 Disponível em [IMPACTO DOS INCENTIVOS FISCAIS E FINANCEIROS EM 2003: UMA ANÁLISE COMPARADA DE PROGRAMAS BRASILEIROS](#). Acesso em 12/2022

BARBOSA, N.; MARCONI, N.; PINHEIRO, M. C.; CARVALHO, L. **Indústria e Desenvolvimento Produtivo do Brasil** – FGV/ Elsevier – Campus, 2015. Disponível em [MauricioCanedoPinheiro - Wiki da EPGE \(fgv.br\)](#) Acesso em 1/2023

BITTENCOURT. R, et.al **Eficiência de escala e mudança tecnológica em cooperativas de crédito e bancos múltiplos utilizando o COSIF**. 2016 Disponível em [Redalyc.Eficiência de escala e mudança tecnológica em cooperativas de crédito e bancos múltiplos utilizando o COSIF](#). Acesso em 10/2022

BONELLI, R. **Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência**, 2010. Disponível em [Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência | col:11645 | com:11640 \(fgv.br\)](#) Acesso em 12/2022

BRESSAN, A. A, et.al - **ANÁLISE DA DOMINAÇÃO DE MEMBROS TOMADORES OU POUPADORES DE RECURSOS NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO MINEIRA**. 2012. Disponível em [ANÁLISE DA DOMINAÇÃO DE](#)

[MEMBROS TOMADORES OU POUPADORES DE RECURSOS NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO MINEIRAS](#). Acesso em 4/2023

CARVALHO, C. **Bancos e inflação no Brasil: da crise dos anos 1980 ao plano real**. 2023. Disponível em [Bancos e inflação no Brasil: da crise dos anos 1980 ao Plano Real \(repec.org\)](#). Acesso em 3/2023

CONFEBRAS. **Nossos Serviços**. 2022. Disponível em [Bureau Coop » Confabras](#). Acesso em 4/2023

CEPAL. Site oficial. **Inclusão financeira**. 2022 Disponível em [Inclusão financeira | CEPAL](#). Acesso em 2/2023

CORAZZA, G. 1990. **A SUPERINFLAÇÃO BRASILEIRA EM 1989: NOTAS E COMENTÁRIOS**, Disponível em [A superinflação brasileira em 1989: notas e comentários | Corazza | Indicadores Econômicos FEE \(planejamento.rs.gov.br\)](#). Acesso em 12/2022

DA SILVA, F. P e RUFFONI, J. **A lei do bem como incentivo à atividade de pesquisa e desenvolvimento das firmas: uma reflexão a partir das experiências de empresas selecionadas no Rio Grande do Sul**. 2019. Disponível em [A LEI DO BEM COMO INCENTIVO À ATIVIDADE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DAS FIRMAS: | Planejamento e Políticas Públicas \(ipea.gov.br\)](#). Acesso em 08/2022

DEUS, Juliana Lima de. **Mapeamento e análise do esforço inovativo de grandes grupos financeiros brasileiros : os avanços na tecnologia bancária (1980 - 2013)**. 2017. 43 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2017. Disponível em [Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso: Mapeamento e análise do esforço inovativo de grandes grupos financeiros brasileiros : os avanços na tecnologia bancária \(1980 - 2013\)](#). Acesso em 06/2022.

DE NEGRI. SQUEFF, F.H - **INVESTIMENTOS EM P&D DO GOVERNO NORTE-AMERICANO: EVOLUÇÃO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS**. 2014 Disponível em [radar_36_11122014.pdf \(ipea.gov.br\)](#). Acesso em 2/2023

DIAS PEREIRA, L. **Por que o Brasil pesquisa tanto e inova tão pouco.** 2020, DISPONÍVEL EM: [Por que o Brasil pesquisa tanto e inova tão pouco? - Cenários Energia - Petróleo](#) Acesso em 7/2022

EL PÁIS, 2015. **Site oficial.** [Bradesco compra HSBC Brasil e se consolida como segundo maior banco | Economia](#) Acesso em 2/2023

FEBRABAN, **Relatório Anual 2018.** 2018. Disponível em: [Febraban - Apresentação](#) Acesso em 1/2023

FONSECA, E. A; MEIRELLES, F. S; DINIZ, E. H. **Tecnologia bancária no Brasil: Uma história de conquistas, uma visão de futuro.** São Paulo: Editora FGV ERA, 2010. 420p. Disponível em [bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13532/tecnologia-bancaria-no-brasil-uma-historia-de-conquistas-uma-visao-de-futuro.pdf](#) Acesso em 03/2023

GARCIA, BRAOIOS *et.al.* **GUIA Open Finance e LGPD (2022)** Disponível em [Open Finance e LGPD](#). Acesso em 5/2023

KANNEBLEY JR. S; PORTO, G. **Incentivos Fiscais à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Brasil: Uma avaliação das políticas recentes.** Banco Interamericano de Desenvolvimento. Set. 2012. Disponível em: [Incentivos Fiscais à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Brasil](#). Acesso em 02/2023

MAÇADA, A. C. G. **Impacto dos investimentos em tecnologia da informação nas variáveis estratégicas e na eficiência dos bancos brasileiros.** Tese (doutorado em administração). UFRGS. Porto Alegre, 2001. Disponível em [Impacto dos investimentos em tecnologia da informação nas variáveis estratégicas e na eficiência dos bancos brasileiros](#) Acesso em 11/2022

MENEZES FILHO, N. A. *et. al.* **Crescimento da renda e as escolhas dos jovens entre os estudos e o mercado de trabalho.** 2014. Disponível em [Crescimento da Renda e as Escolhas dos Jovens entre os Estudos e o Mercado de Trabalho](#) Acesso em 9/2022

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS **Balança Comercial e Estatísticas de Comércio Exterior.** 2023 Disponível em

[Estatísticas de Comércio Exterior — Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços \(www.gov.br\)](#) Acesso em 07/2023

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL DIRETORIA EXECUTIVA ASSESSORIA DE ASSUNTOS ECONÔMICOS **Boletim Mensal de Propriedade Industrial Estatísticas Preliminares. Rio de Janeiro.** Disponível em [Boletim Mensal de Propriedade Industrial \(www.gov.br\)](#) Acesso em 1/2023

MONTALI, L. **FAMÍLIA E TRABALHO NA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida.** 2000. Disponível em [42Montali \(scielo.br\)](#) Acesso em 1/2023

NETO S.B. **Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico** (2002) Disponível em [Estratégias e cooperativas agropecuárias: um ensaio analítico \(2002\).](#) Acesso em 04/2023

Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) - **RELATÓRIO DE GESTÃO OCB 2020.** 2021. Disponível em [relatorio_gestao_ocb_2020.pdf \(somoscooperativismo.coop.br\)](#) Acesso em 12/2022

Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) - **RELATÓRIO DE GESTÃO OCB 2022.** 2023 Disponível em [relatorio_gestao_ocb_2022.pdf \(somoscooperativismo.coop.br\)](#) Acesso em 12/2022

PEREIRA & BATTISTI, 2020. **Site oficial,** Disponível em <https://cenariospetroleo.editorabrasilenergia.com.br/por-que-o-brasil-pesquisa-tanto-e-in-ova-tao-pouco/2020>. Acesso em 4/2023

POSSAS,M.L; MELO,T.M; FUCIDJU,J.R. **Política industrial como política de inovação: notas sobre o hiato tecnológico, políticas, recursos e atividades inovativas no Brasil.** Revista Brasileira de Inovação, Campinas, v. 14, jul. 2015. Disponível em: [notas sobre hiato tecnológico, políticas, recursos e atividades inovativas no Brasil](#) Acesso em 2/2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos - **LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971**. Disponível em [L5764 \(planalto.gov.br\)](#)
Acesso em 12/2022

PUGA, F. **Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial**. 1999. Disponível em [Biblioteca Digital do BNDES: Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial](#) Acesso em 8/2022

Relatório ONU, 2010. Disponível em [Relatório do Desenvolvimento Humano 2010: Análise das tendências de 40 anos revela que nações pobres obtêm ganhos de desenvolvimento com maior rapidez](#) Acesso em 1/2023

REVISTA CIAB. **Pague com um clique**. 2016. Disponível em: [\(PDF\) Ciab Febraban Ed | Silton José Ramo - Academia.edu](#) Acesso em 3/2023

REZENDE, L. P. F. **Inovação tecnológica e a funcionalidade do sistema financeiro – uma análise de balanço patrimonial dos bancos no Brasil**. 2012. Disponível em [Repositório Institucional da UFMG: Inovação tecnológica e a funcionalidade do sistema financeiro: uma análise de balanço patrimonial dos bancos no Brasil](#) Acesso em 7/2022

SANTANA, TEIXEIRA. *et.al.* **Financiamento público à inovação no Brasil: contribuição para uma distribuição regional mais equilibrada**. 2019. Disponível em [FINANCIAMENTO PÚBLICO À INOVAÇÃO NO BRASIL: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA DISTRIBUIÇÃO REGIONAL MAIS EQUILIBRADA?](#) Acesso em 3/2023

SCHUMPETER, J. A - **TEORIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE LUCROS, CAPITAL, CRÉDITO, JURO E O CICLO ECONÔMICO**. 1911 Disponível em [Os Economistas - Joseph Alois...o, Juro e Ciclo Econômico.pdf \(ufjf.br\)](#) Acesso em 5/2022

SEN. AMARTYA. **O desenvolvimento como expansão de capacidades**, 1993. Disponível em [O desenvolvimento como expansão de capacidades](#). Acesso em 9/2022

SÉRGIO SALERNO, M. **Projeto de organizações integradas e flexíveis**. 2008, SÃO PAULO. Disponível em [PROJETO DE ORGANIZAÇÕES INTEGRADAS E FLEXÍVEIS](#): Acesso em 2/2023

SICCOOB, **Site oficial**. 2023 Disponível [O Sicoob - Nacional - Sicoob](#) Acesso em 5/2023

SICREDI, **Site oficial**. 2023. Disponível em [Sicredi | Onde seu dinheiro rende um mundo melhor](#). Acesso em 5/2023

SISTEMA OCESP. História. 2023. Disponível em [História do Cooperativismo - História do Cooperativismo - História do Cooperativismo - Sistema OCESP - FESCOOP/SP, OCESP, SESCOOP/SP](#) Acesso em 2/2023